

# Ibama facilita o manejo de produtos florestais

Empresas que estiverem em processo de certificação serão favorecidas e cooperativas extrativistas poderão fugir da burocracia

Regina Scharf  
de São Paulo

O governo federal pretende lançar, amanhã, um pacote de normas para desburocratizar o manejo de produtos florestais amazônicos. Ele deverá facilitar a vida de pequenos extrativistas, assentados e organizações comunitárias, que eram obrigados a contratar um engenheiro florestal e elaborar estudos muito complexos. Grandes empreendedores que comprovadamente praticam o manejo sustentável também terão regalias. Além disso, pela primeira vez haverá normas claras para a exploração das várzeas e palmeiras da região.

Foram incluídas recomendações detalhadas para a extração de pelo menos 26 espécies madeiráveis, como o mogno, o cedro, o jatobá e a maçaranduba, e 40 outros produtos da floresta, incluindo vários tipos de palmito, plantas medicinais e ornamentais, óleos, sementes e cipós. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) também estabeleceu regras diferenciadas conforme o

porte e o tipo de extrativismo.

Pelas novas regras, quem retira menos de 10 metros cúbicos por hectare por ano preencherá apenas uma ficha simplificada e ficará dispensado de maiores burocracias. Não precisará mais contratar um engenheiro florestal, nem pagar taxas. Basta demarcar e mapear a área que deseja explorar e indicar as espécies e o volume que a retirar.

Quem tira mais de 10 m<sup>3</sup>/ha/ano cai em uma de duas categorias: empresarial ou comunitária. Nos dois casos, terá de fazer uma "declaração de intenções" semelhante à dos pequenos consumidores. Deverão, porém, pagar uma taxa conforme a extensão da área que pretendem explorar. "Até hoje, pagava-se por toda a propriedade", explica Randolf Zachow, chefe do Departamento de Recursos Florestais do Ibama. "Agora, apenas pela área que se vai efetivamente explorar".

Os projetos empresariais continuam tendo a obrigação de contratar um engenheiro responsável. Em compensação, podem incluir todas as suas glebas num único pedido de

autorização. Até agora, o plano de manejo podia arrolar no máximo seis terrenos não contínuos.

Segundo Zachow, as empresas que estão no processo de obtenção do certificado do Forest Stewardship Council (FSC), que atesta que o manejo é praticado de forma sustentável, serão beneficiadas. Elas serão submetidas a um menor número de vistorias, já que o FSC impõe normas mais rigorosas que a legislação brasileira.

Mas a grande novidade do pacote que o Ibama pretende lançar envolve o manejo florestal comunitário. Associações e cooperativas de ex-

trativistas enfrentavam a mesma burocracia que as grandes empresas. Agora, elas já não precisam contratar um engenheiro, pois terão, segundo Zachow, apoio de técnicos do governo. A responsabilidade pelo manejo será compartilhada por todos os membros da comunidade.

Extrativistas das três categorias deverão fazer sua declaração de intenções antes da safra de corte, que, na Amazônia, começa em maio. De julho a novembro, os fiscais do Ibama ou do órgão estadual checarão se o compromisso foi cumprido.

Estas medidas são aplaudidas por Luiz Carlos Pinagé, coordenador do

Programa Amazônia do Fundo Mundial para a Natureza (WWF). "O próprio Ibama considerava a autorização inacessível às pequenas comunidades", diz. "A maioria desistia no meio do caminho". Basta lembrar que um projeto que a não-governamental queria promover em Rondônia, dentro de uma reserva extrativista estadual, levou dois anos para ser aprovado.

Para Pinagé, o novo modelo substitui, com vantagens, os planos de manejo atuais, muito técnicos mas com pouco conteúdo.

A iniciativa do Ibama vem complementar uma instrução normativa

assinada na sexta-feira pelo ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho. De teor bem mais geral e institucional, o texto cria o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Licenciamento Ambiental em Propriedade Rural. No mês que vem, o Ibama deverá adotar um sistema informatizado que reunirá informações sobre 903 planos de manejo em andamento na Amazônia. Ele também está produzindo cartilhas e palestras em vários estados para orientar os produtores sobre as novas regras. Foi prevista, ainda, a criação de um certificado que ateste a origem dos produtos extraídos na Amazônia.

## Menos burocracia

Ibama simplifica a vida dos extrativistas amazônicos

### PEQUENOS CONSUMIDORES

Retiram até 10 m<sup>3</sup>/ha/ano

- Não terão de pagar taxas
- Não precisam contratar engenheiro

### COMUNIDADES

Associações e cooperativas que retiram mais de 10 m<sup>3</sup>/ha/ano

- A responsabilidade é compartilhada
- Não precisam contratar engenheiro
- Têm ajuda de técnicos do governo

### EMPRESAS

Retiram mais de 10 m<sup>3</sup>/ha/ano

- Se estiverem em processo de certificação, serão favorecidas
- Têm engenheiro responsável
- Passam a pagar taxa apenas sobre a área que vão explorar, não sobre todo o terreno

Fonte: Ibama

